

A INCORREÇÃO POLÍTICA DO POLICIAMENTO DA METALINGUAGEM: A PROPÓSITO DO CULTIVO IRRACIONAL DO “POLITICAMENTE CORRETO” EM LINGUAGEM

Maria Helena de Moura Neves*

Resumo: O artigo avalia o descompasso entre a liberdade de expressão, que no Brasil é garantida por lei, e ações culturalmente orientadas de patrulhamento do uso linguístico, que proíbem referências a características ou comportamentos de determinados grupos sociais, especialmente minorias. O descompasso se transforma em equívoco grave quando tal policiamento se estende às atividades de natureza metalinguística, que, baseadas na reflexão sobre os usos existentes, equacionam os significados das entidades do léxico ativado. O estudo examina especificamente a tarefa lexicográfica e avalia sua natureza e seu papel, dentro do universo de construção do saber sobre a língua.

Palavras-chave: uso linguístico; liberdade de expressão; tarefa lexicográfica.

INTRODUÇÃO

■ **A** linguagem tem as suas diversas e contínuas manifestações inseridas de um modo natural na vida social de uma comunidade, desde a comunidade mais restrita, com alta definição legal e cultural, até a comunidade global, que, com o correr dos tempos, cada vez mais vem incorporando e marcando os comportamentos parciais das “aldeias” de cada um.

* Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Professora da Unesp-Araraquara e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq).
E-mail: mhmneves@uol.com.br

Exatamente fincada nesse movimento de globalização, que necessariamente se dirige para um aparamento de arestas e para um notável esforço de equalização de princípios e de parâmetros, verifica-se um crescente movimento de distribuição equânime de direitos, na direção de abolir preconceitos e condenar intolerâncias.

Não cabe, aqui, discutir sociologicamente ou eticamente a questão, e as reflexões que se trazem restringem-se à linguagem, e, mais especificamente, à linguagem sobre a linguagem, ou seja, à metalinguagem, cujo manejo constitui a tarefa dos linguistas, gramáticos e lexicógrafos.

Este artigo vem exatamente a propósito de recente polêmica, ligada ao “politicamente correto”, que se acendeu na área jurídica – com grande repercussão na imprensa – envolvendo os ciganos. Insere-se ele em toda uma tradição cultural pela qual se constrói um imaginário perturbador para a figura do cigano, imaginário que, visitadas as fontes, pode ser assim configurado, resumidamente:

1. de poesia e de arte, pela absoluta fuga da realidade do comum das coisas:

No último convés

[...]

*Mar que trago na cor dos meus olhos ciganos,
que tem alma de poeta, coração de louco
e improvisa nas praias poemas e rumores...*

[...]

(ARAÚJO JORGE, 1967)

2. de encanto e de mistério, pelo nomadismo que se resolve no constante pouso incerto:

*Há homens que são escritores e fazem livros que são como verdadeiras casas,
e ficam. Mas o cronista de jornal é como o cigano que toda a noite arma sua
tenda e pela manhã a desmancha, e vai* (BRAGA, 1955)¹.

3. de muita esperteza, ainda em aura de encanto e mistério:

[...] *os Medrados, desde esta luta, nunca mais voltaram a ser fazendeiros de
pouso certo. Pelo menos uma grande parte da família. Se transformaram em
ciganos e, em cavalos ricamente ajaezados, estribos e selas de prata, correm as
povoações do sertão da Bahia negociando com muita esperteza* (AMADO, 1958).

4. mas, sobretudo (e, ainda, com muito mistério), de dissimulação e de treta, pela soma de todo esse comportamento aventureesco:

[...] *uma nação de gente vilã, que, em vez de fazer negócio liquidado, pegava a
trapacear que nem cigano* (DANTAS, 1993).

E tal é a porta de entrada da questão.

¹ Todas as citações de trechos da literatura que se fazem neste texto são extraídas do banco de dados de mais de duzentos milhões de ocorrências que está disponível em meio digital no Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, câmpus de Araraquara. Esse banco de dados é a fonte dos dicionários que nessa instituição são elaborados por uma equipe coordenada por Francisco da Silva Borba, à qual pertence a autora deste artigo, e é também a fonte das gramáticas de referência produzidas pela autora. Ao final do texto estão relacionadas as obras que forneceram trechos para análise, com entrada pela sigla que as identifica nesse cópús constituído (Cópús de Araraquara). Por tratar-se de registro digital, não consta a numeração das páginas em que se encontram os excertos transcritos.

O CIGANO, UMA PERSONAGEM COM LUGAR CATIVO NA POESIA E NO MISTÉRIO DA FICÇÃO

Continuemos com Guimarães Rosa, de quem é esta sugestiva frase referida aos ciganos: “Que beleza de gente p’ra ser esperta!”.

Entremos no trecho em que se insere (negritada) essa fala, extraído de *Sagarana*, no diálogo entre o “doutor” e Manuel Fulô, personagem que sai a negociar animais de montaria “com os pessoais”, a serviço dos ciganos:

– *Você viveu com os ciganos, Manuel Fulô? Me conta como foi que foi.*

– *Foi por causa que eu estava sem gosto p’ra caçar serviço bruto, naquele tempo. Garrei a maginar: o que eu nasci mesmo p’ra saber fazer é negócio de negociar com animal. Mas eu queria ser o melhor de todos. E quem é que é mestre nessa mexida? Não é cigano? Pois então eu quis viajar no meio da ciganada, por amor de aprender as mamparras lá deles. Me ajustei com um bando.*

– *Boa vida, Manuel?*

– *Assim-assim. Que me importa! ? Eu só queria era estudar as tretas todas dos calões. Dormia em barraca, comia quase que só repolho com cebola e carne de cabrito cozida. E tomei assunto, ligeiro, de um ror de coisas na língua disgramada que eles falam. Mas olha aqui: sou besta? Fazia mas era de conta que não entendia nada! Ficava marombando. P’ra negócio de consertar fundo de tacho e de gramar no cabo do martelo p’ra fazer caldeirão, não vê que eu dava confiança! Mas, opa! **Que beleza de gente p’ra ser esperta!***

– *Roubavam muito cavalo, hein?*

– *Ah, isso era só ter jeito de roubar, que estava roubado mesmo! E, ao depois, trabalhavam com os animais, p’ra botar eles bonitos, que nem cavalgadura de lei. Até pintar, p’ra ficar de cor diferente, eles pintavam. Muita vez nem o dono não era capaz de reconhecer o bicho! Pegavam num pangaré pelado, mexiam com ele daqui pr’ali, repassavam, acertavam no freio, e depois era só chegar p’ra o ganjão e passar a perna nele, na barganha. E volta boa, em dinheiro, porque cigano só faz baldroca recebendo volta. Senão, também, como é que eles haviam de poder viver? Como é? !*

Eles gostavam muito de mim, porque pensavam que eu era bobo de deveras. Mesmo, por fim, por eu dar jeito assim de bobo, eles mandavam que eu fosse negociar os animais com os pessoais. E falavam comigo, em antes: “Tu pode conversar o que quiser, mas não deixa eles te empulharem, e só aceita negócio a troco da besta preta do padeiro, com volta de cem, ou por aquele cavalo bragado da mulher do homem do beco, com volta de sessentão” (ROSA, 1951).

Naquele seu rico manancial de termos sugestivos, Guimarães Rosa vai pontuando o texto com as “mamparras”, as “tretas” e as “baldrocas” dos ciganos, tudo isso a definir o modo de eles atuarem: ora, no seu “negócio de negociar com animal”, eles “trabalhavam com os animais, p’ra botar eles bonitos, que nem cavalgadura de lei”, “até pintar, p’ra ficar de cor diferente, eles pintavam”, e “muita vez nem o dono não era capaz de reconhecer o bicho”; e depois, “era só chegar p’ra o ganjão e passar a perna nele, na barganha”, num negócio sempre de “volta boa, em dinheiro”. Nenhuma recomendação seria mais sugestiva do

que esta que, no dizer de Guimarães Rosa, os ciganos deram a Manuel Fulô, nas instruções do negócio: “Tu pode conversar o que quiser, mas não deixa eles te empulharem”. De onde se pode concluir que: negócio em nome dos ciganos só se faz levando vantagem, seja por que treta ou mamparra ou baldroca for.

Pura ficção, mas é evidente um imaginário que aflora e vem para ficar. Não há volta, porque o imaginário é algo que, por natureza, se recria continuamente como uma verdade que é de tudo e de todos... Acrescente-se a isso o carimbo de pertença à terra e de conhecimento sobre a terra desse nosso homem das Gerais que é Guimarães Rosa...

Se formos a sequências de outras narrativas ficcionais, veremos inúmeras delas registrando – com ou sem juízo de valor – o comércio “esperto” de cavalos – em geral “roubados” – como atividade contínua dos ciganos. Leia-se em *Ninho de cobras*. Uma história mal contada, de Ledo Ivo, este trecho:

Ela, o pai, a mãe e mais dois irmãos iam numa viagem lenta e contínua, de criaturas habituadas ao mato, como as cobras e preás. [...] E caminhavam no dia raso e torcido pelo sol. E cruzavam com ciganos que levavam cavalos roubados para vender nas feiras, defuntos em redes, cantadores de excelências, vaqueiros vestidos de couro. E paravam para dormir (IVO, 1980).

Se assim se apresenta a configuração da atividade dos ciganos, é muito natural que as narrativas sobre eles se fixem não apenas na interpretação desse comportamento como “tretas”, “tramoias”, “zarandalhas” e “canganhas”, mas, ainda, na dos próprios ciganos como “descarados”, tal como dispara, mais uma vez, Guimarães Rosa em *Primeiras estórias*:

Aí, em beira da estrada-real, parava o acampo dos ciganos. [...] No burloló, esses ciganos, em tretas, tramoias, zarandalhas; cigano é sempre descarado. No entendimento do vulgo: pois, esses, propunham cangancha, de barganhar todos os cavalos (ROSA, 1972).

É verdade que aí fica explicitamente marcado que a interpretação é do geral das pessoas, sem autoria e sem responsabilidade: ela vem, registradamente, como do “entendimento do vulgo”. Entretanto, essa indicação, ao mesmo tempo que retira do narrador/autor a responsabilidade por tal “entendimento”, deixa ainda mais legitimada a apreciação desabonadora produzida, já que a boca do povo é a de maior autoridade, numa visão geral.

De fato, não é raro, nas narrativas ficcionais, ser remetida à responsabilidade (tão vaga) do povo a disforia de que se reveste a apreciação das atividades dos ciganos. Em diretriz criativa bastante diferente em relação à de Guimarães Rosa – e mais recente e mais engajada, tanto doutrinária como politicamente – Paulo Coelho, em *O alquimista*, também leva para a voz do povo (com registros como “as pessoas diziam”, “diziam que”) a consideração de que o cigano engana os outros e de que o cigano tem ainda outras atitudes condenáveis. Ao mesmo tempo, o trecho marca essa apreciação como ainda mais fortemente ligada ao imaginário “popular” (de credices, mais que de crenças):

O rapaz já havia encontrado muitos ciganos pelo caminho; eles viajavam e entretanto não cuidavam de ovelhas. As pessoas diziam que a vida de um cigano era sempre enganar aos outros. Diziam também que eles tinham pacto com demônios, e que raptavam crianças para servirem de escravas em seus misterio-

... dos acampamentos. Quando era pequeno, o rapaz sempre tinha morrido de medo de ser raptado pelos ciganos, e este tremor antigo voltou enquanto a velha segurava suas mãos. “Mas existe a imagem do Sagrado Coração de Jesus”, pensou ele, procurando ficar mais calmo (COELHO, 1988).

Encontram-se, também, nas apreciações disfóricas que a ficção faz sobre os ciganos, outros temperos de interpretação e de relativização, obviamente ligados à natureza da obra em que aparecem. O trecho que segue é de *A pedra do reino*, de Ariano Suassuna, obra marcada pela temática do sebastianismo, portanto ligada a certa religiosidade ortodoxa:

[Aquele corcel negro] Era também cego de um olho, fato que só descobrimos depois, escondido que nos foi pelo cigano a quem o nosso Promotor o comprara. Samuel ficara indignado com as artimanhas fraudulentas do vendedor de cavalos. Mas disse logo, a modo de vingança e consolo, que outra coisa não se poderia esperar dos ciganos, “povo mouro, plebeu, cartaginês e cafre”, e não “cruzado, branco e católico” (SUASSUNA, 1967).

Aí, se, por um lado, a pecha de autores de “artimanhas fraudulentas” nos negócios vem categoricamente imputada, na narrativa, aos ciganos, por outro lado, a afirmação do modo de ser dos ciganos como o de um “povo mouro, plebeu, cartaginês e cafre”, e não “cruzado, branco e católico” vem apenas da boca da personagem Samuel (e entre aspas), que, ademais, diz tudo isso “a modo de vingança e consolo”, o que retira toda a legitimidade da apreciação. No texto há, pois, toda uma relativização do mau conceito atribuído aos ciganos, já que é remetida ao preconceito religioso da personagem Samuel a interpretação do fato narrado. Ora, usar de artimanhas fraudulentas toca comportamentos individuais (embora eles se mostrem como usuais dentro do grupo), enquanto um laudo desabonador sobre todo um povo constitui algo que toca muito mais a essência dos julgados. Ou seja, essa última apreciação, se não relativizada, seria muito mais “politicamente incorreta”.

Entretanto, mais, ou menos, politicamente incorretas, as informações sobre tais comportamentos – com maior ou menor garantia de fidelidade – são frequentemente tema de narrativas. São ficção... mas – sem sombra de dúvida – ficção pontuada do imaginário que povoa as mentes.

O “POLITICAMENTE CORRETO”: EXCELÊNCIAS E EXCRESCÊNCIAS DA DEFESA DESSE VIÉS DE INTERPRETAÇÃO

Foi exatamente a questão do “politicamente correto” ou “politicamente incorreto” que governou toda a celeuma que se criou com o episódio que recentemente pôs na boca do povo – e especialmente da imprensa – o questionamento do verbete cigano abrigado no dicionário *Houaiss*.

Não vamos ao exame da ação protocolada pelo Ministério Público de Uberlândia contra esse dicionário, motivada pela consideração de que determinadas acepções que ele registra para o termo cigano difundem o preconceito e potencializam o racismo contra cidadãos de origem cigana. Registremos as acepções em questão, que são: (5) “que ou aquele que trapaceia; velhaco, burlador”; (6) “que ou aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina”.

A isso vamos.

O “politicamente correto” é, atualmente, bandeira que se levanta para interpretar atos do dia a dia, numa onda de patrulhamento que tem presença notável na sociedade, com dupla influência e significação: bem-intencionada que é, cria a impossibilidade de qualquer refutação, parecendo intolerável que seja condenada, ou que seja sequer questionada; por outro lado, mal inserida nas mais diversas atividades, como indiscriminadamente vem sendo, é tão intolerável quanto as próprias incorreções políticas.

Pensemos em um exemplo de comportamento preconceituoso efetivo, um “politicamente incorreto” real. Imaginemos uma situação de convívio social, em que um interlocutor, revoltado com seu parceiro de conversação que acaba de ser desmascarado em alguma trapaça, chama-lhe, no calor da conversa, de *cigano*.

Em grau mais leve de gravidade como “incorreção política”, pensemos nos ficcionistas que usam o mesmo termo *cigano* com essas mesmas acepções, como amplamente demonstrado na primeira parte deste texto. São usos pelos quais se há de entender que tais escritores nada mais fizeram do que refletir o imaginário que coloca tais designações de tipos como representativas de atitudes de validação social e comportamental. Em especial, vejamos um trecho de romance como este, que, além dos ciganos, remete os “turcos” à condição de “laia”: “Para mim, turco-mascate era da mesma laia que cigano. Lá em casa, só um deles apontar na estrada, eu tirava a flobé de cima do guarda-roupa, corria para o pasto montar vigia, com receio de me roubar o Baio” (BORGES, 1965).

Pensemos, agora, em um terceiro nível, completamente diferente, um nível em que já não se observam, propriamente, comportamentos, mas se vai a registros linguísticos existentes sobre comportamentos, para falar deles: pensemos nos dicionários, obras que, por natureza, necessariamente darão conta das acepções com que se usa esse termo cigano, assim como fará com qualquer termo. Deles se espera, substancialmente, que ofereçam tantas definições lexicográficas (ou reduções sinonímicas) quantas forem as acepções correntes e não apenas as da época atual, a não ser que essa seja a especificidade do dicionário.

A LINGUAGEM SOBRE A LINGUAGEM – A TAREFA LEXICOGRÁFICA

O primeiro passo para a organização de um dicionário de língua é descrever o uso, quer dizer, mostrar como funcionam efetivamente os setores da língua num determinado estágio de seu desenvolvimento (BORBA, 2003, p. 309).

Obviamente não vou avaliar problemas técnico-científicos de lexicografia porventura encontrados e encontráveis no verbete *cigano* oferecido pelo *Houaiss*, que, aliás, não está sozinho nas suas escolhas para definir esse termo. O que está em pauta, aqui, é a pertinência, ou não, de considerar-se questão de política linguística a solução dada por essas obras a determinadas definições lexicográficas oferecidas para verbetes com tal envolvimento político.

Mesmo sem a intenção de fazer crítica, entretanto, não posso deixar de comentar o perigo que correm os dicionários pelo fato de decidirem suas acepções (seja na definição lexicográfica, seja no oferecimento de sinônimos) sem a legitimidade de verificação da sua validade nos usos.

Reportando-me ao verbete cigano oferecido pelo dicionário *Houaiss*, não posso deixar de dizer, por exemplo, que, no banco de dados de mais de 200 milhões

de ocorrências do Córpus de Araraquara (ver nota 1), encontrei testemunhadas muitas² com a acepção de “que/quem trapaceia” e de “dissimulado”, mas não encontrei nem sequer uma ocorrência real que permitisse redução sinonímica por “velhaco”, e muito menos por “agiota” e “sovina”, acepções, aliás, também registradas em outros dicionários. E a pergunta é esta: Serão encontráveis, realmente, usos do termo *cigano* com esses significados que o público leitor é levado a aceitar como reais, a partir de seu registro em dicionários? Se não, é aí que estará o “politicamente incorreto”.

Ora, com certeza é equivocada e ilegítima a recente ação do Ministério Público para retirar de circulação exemplares do dicionário *Houaiss*, com a alegação de que a obra contém “referências preconceituosas” e “racistas” contra ciganos. É equivocada, em primeiro lugar, porque um dicionário não faz “referências”, ele não faz “linguagem”, ele faz “metalinguagem”, e a sua finalidade, a sua razão de ser, é o oferecimento das acepções que os termos da língua tenham, ou possam ter, no uso. A responsabilidade sobre a conveniência ou a não conveniência, sobre a adequação ou a não adequação de determinado uso linguístico é exclusivamente do seu usuário, não de quem tem a tarefa de examinar os usos, seja para que finalidade for. Se o termo é usado regularmente com determinada acepção (desabonadora que seja), essa acepção tem de constar do dicionário, e a obra lexicográfica não tem nenhuma responsabilidade moral sobre o uso e não pode ser lançada ao índice do politicamente incorreto simplesmente porque fez o registro, o que é tarefa sua. O dicionário não a recomenda, não incita a uma adesão a atitudes preconceituosas, pelo contrário, escancara e esclarece os riscos de um uso preconceituoso que se faça por desconhecimento do real significado e do real peso retórico de determinados termos. Mesmo acepções que caíram ou estão caindo em desuso têm de ser registradas nos dicionários, ou então terá de ser buscada e instituída alguma outra ação legal que determine a incineração de todas as obras (mesmo as literárias) nas quais um dia se usou alguma palavra ou expressão com alguma acepção que se queira sepultar e remover da memória...

Se há discrepância entre as acepções registradas no dicionário e as acepções realmente verificadas no uso, ou seja, se uma determinada acepção registrada não corresponde aos usos – o que me parece ser o caso das acepções “agiota” e “sovina”, e, mesmo, “velhaco”, para cigano, como já indiquei –, o problema é técnico-científico. Trata-se de um erro de competência da lexicografia, semelhante aos milhares de outros que os dicionários semelhantemente cometem no tratamento de termos de zonas bem distantes dessas zonas perigosas em que o “erro” técnico se respinga de conotações políticas ou éticas. Especialmente no momento em que o dicionário sai do espaço das definições (do tipo de “que/quem trapaceia”) e vai para o oferecimento de sinônimos (de substantivo por substantivo ou de adjetivo por adjetivo, como no caso de “velhaco”), o perigo de desvios comprometedores é quase inevitável, já que a possibilidade de “sinonímia” – correspondência semântica exata – é restrita a pouquíssimos casos, talvez mesmo inexistente.

Insista-se em que a única garantia que um dicionário tem de que haverá rigor e legitimidade nas acepções que ofereça – embora nunca se garanta a ausência

completa de enganos – está no apoio em uma base de dados que documentem os significados contextuais das ocorrências de cada termo definido. Só isso garante a fidelidade no registro das acepções, que lá terão de estar, com todo o seu conteúdo, sejam elas desabonadoras ou não, já que o mundo não é povoado de anjos.

O que – problematicamente – ocorre é que fazer apenas registros de uso documentado, como ponto de partida da decisão de fornecimento de acepções, não é o modo de conduta da lexicografia ortodoxa corrente, e imperfeições na tarefa de tratamento lexicográfico são frequentes. Entretanto, essa que poderia ter sido a via de exame de possíveis impropriedades no registro de acepções nem foi aventada pelos criadores da polêmica. Ela pecou na base por mostrar absoluto desconhecimento da natureza de uma obra lexicográfica, a qual não “cria” nem “usa” os termos *com* suas acepções, apenas os documenta, e a partir daí oferece as acepções acionadas. Se nem sempre ela as oferece com perfeição (o que é risco inerente à tarefa), entretanto tudo o que romper tal perfeição terá sido imperfeição técnico-científica: o autor terá cometido um erro de exercício metalinguístico, não um erro / um pecado de uso politicamente incorreto da língua. Ou seja, haveria a considerar um erro que nada tem com “correção” ou “incorreção” política/ética/religiosa... Nada, nada a ver com Ministério Público...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bem sabemos, e também está dito com todas as letras em Borba (2003, p. 7), obra que trata da organização de dicionários, que não existe texto neutro quanto à ideologia, ou seja, quanto a “ideias, opiniões, valores, crenças etc., que expressam, explicam ou justificam a ordem social e as condições de vida do homem em suas relações com os outros homens”. De fato, a linguagem é o meio natural pelo qual cada um mostra como vê e sente o mundo em que vive. Por ela, se fazem sentir, a partir da visão do enunciador, as convicções e as crenças, e a partir da visão do enunciatário, a aceitação ou a refutação ou, até, a desconsideração cabal do que foi enunciado. Tudo o que cerca a enunciação³ é determinante, e tudo o que se envolve no enunciado é condicionante, na produção de sentidos e de efeitos. O efeito de “incorreção política”, por exemplo, é fruto de todo um condicionamento de épocas, de mundos culturais e, especialmente, do lugar de inserção dos cidadãos.

Por outro lado, faz parte da vida das sociedades todo tipo de desacertos, desvios de conduta e incorreções, e, desse modo, faz parte da vida em sociedade o comportamento politicamente incorreto, não se negando, porém – pelo contrário, afirmando-se –, que as enunciações e as expressões linguísticas em que se revela esse comportamento são dignas de repúdio social e de condenação, tanto no plano virtual da ética como na área efetiva da justiça.

Entretanto, o terreno de discussão em que se move o recente episódio de que aqui se trata não abriga uma cena de condenação de algum uso linguístico ofensivo, preconceituoso, e, por isso, inadmissível. Fala-se de um dicionário, e, se tais usos “condenáveis” têm registro atestado na língua, há de ser pacífica a noção de que faz parte da tarefa lexicográfica dar conta deles. Ai, decididamente, nada a ver com Ministério Público...

3 Especificamente sejam referidos o contexto de cultura e o contexto de situação (HALLIDAY, 1994).

Afinal, se os dicionaristas se empenhassem em registrar apenas as acepções positivas, eufóricas, teríamos um dicionário cor-de-rosa, e com certeza mítico ou mentiroso. E, à parte a total desqualificação de tal dicionário como obra lexicográfica, ainda teria de ser respondida a seguinte pergunta: ele contribuiria, de algum modo, para tornar a sociedade menos preconceituosa ou injusta?

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. *ABC de Castro Alves*. 7. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.
- ARAÚJO JORGE, J. G. *Meu céu interior*. 8. ed. Rio de Janeiro: Vecchi, 1967.
- BORBA, F. S. *Organização de dicionários*. Uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- BORGES, D. *Ídolo de cedro*. São Paulo: Livres Artes, 1965.
- BRAGA, R. *A borboleta amarela*. Rio de Janeiro: Record, 1955.
- COELHO, P. *O alquimista*. São Paulo: Planeta, 1988.
- DANTAS, F. J. C. *Os desvalidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London; New York: Arnold, 1994.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IVO, L. *Ninho de cobras*. Uma história mal contada. (A escalada do terror na noite de uma ditadura). 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- ROSA, J. G. *Sagarana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- ROSA, J. G. *Primeiras estórias*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- SUASSUNA, A. *A pedra do reino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NEVES, M. H. de M. The political incorrectness of metalinguistic policing: for the purpose of the irrational cultivation of “political correctness” in language. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 198-207, 2012.

Abstract: The article assesses the mismatch between freedom of expression, which is guaranteed by law in Brazil, and culturally-oriented actions to patrol the linguistic usage, which prohibit references to the behavior or characteristics of

certain social groups, especially minorities. The mismatch becomes a severe mistake when such policing extends to activities of metalinguistic nature, which, based on the reflection about the existing usages, equate the meanings of activated lexical entities. The study specifically examines the lexicographic task and assesses its nature and its role, within the universe that constructs the knowledge of language.

Keywords: *linguistic usage; freedom of expression; lexicographic task.*

Recebido em agosto de 2012.

Aprovado em agosto de 2012.